Observatório das Eleições Oficina de Pesquisa Social Aplicada

Autor: Felipe Lamarca

Docente: Prof^a. Dr^a. Jaqueline Zulini

Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil FGV CPDOC

> Rio de Janeiro 2022.2

Sumário

Sumário		
1	Introdução às Escolas	1
1.1	Escola de Michigan	1
1.2	Escola da Escolha Racional	1
2	Os determinantes sociológicos do voto	3
2.1	Fichamento	3
2.2	Notas de aula	5
3	Os determinantes psicossociais do voto	7
3.1	Fichamento	7
3.2	Notas de aula	9
3.3	Fórum	10
4	A teoria da Cultura Política	11
4.1	Notas de aula	11
4.2	Fórum	14
5	A teoria da escolha racional (I): voto prospectivo	16
5.1	Fichamento	16
5.2	Notas de aula	20
5.3	Fórum	21
6	A teoria da escolha racional (II): voto retrospectivo	23
6.1	Fichamento	23
6.2	Notas de aula	24
6.3	Fórum	24
	REFERÊNCIAS	25

1 Introdução às Escolas

1.1 Escola de Michigan

- Behaviorismo análise da psicologia do voto;
- Escola diz que o eleitor é irracional; que o eleitor é burro e que ele faz escolhas a partir de incentivos irracionais;
- Teoria da identidade;
- Exemplo: você fala que é a favor da redução da desigualdade, política de igualdade de gênero, política de redistribuição de renda, e você é evangélica. Na hora do voto, apesar de todos esses valores, você escolhe o candidato evangélico mas que é contra todos esses valores que você acredita;
- Não só o fator religioso importa (apesar de ser o mais comum nesses estudos), mas existem outros elementos de identidade (ser do mesmo bairro, por exemplo);
- Principal explicação: falta de instrução;
- Gustave Le Bon psicologia das multidões (no âmbito privado o indivíduo é mais racional, mas quando eu to em grupo minhas ações são levadas por emoção);
- Escola que começa a ganhar força em 1948 período que nasce noz EUA a ANES (american national électoral studies) instituto de pesquisa eleitoral (permitiu coletar e analisar dados eleitorais no âmbito nacional);
- ESEB coletado pela Unicamp; principal fonte de análise das eleições brasileiras;
- Exemplos da influência da escola de Michigan: influencia as pesquisas eleitorais brasileiras até hoje; síndrome do Flamengo do Fábio Vanderley (eleitor brasileiro não é nada sofisticado pois ele trata política que nem ele trata futebol uma vez que você cristaliza uma opinião, você não muda, e toda informação e evidência contrárias e desqualificação são revertidas para reforçar uma imagem positiva desse candidato favorito).

1.2 Escola da Escolha Racional

- Faz crítica à escola de Michigan;
- O que determina seu voto? A economia;
- Eleitor é racional pois ele está reagindo aos incentivos externos que o direcionam para um determinado espectro político ex: você tem dinheiro e vota num candidato que vai garantir a manutenção do seu status quo / ou não tem dinheiro e vai votar num candidato que promova uma mudança na sua realidade econômica;

- Mesmo sendo de outras ideologias, se o eleitor tá com dinheiro no bolso, o candidato é
 reeleito (exemplo: com a economia forte Lula e FHC foram reeleitos; Bolsonaro seria
 reeleito sem uma forte oposição);
- Fiorina (1978);
- Pessoas não são irracionais, elas acumulam conhecimento eleitoral ao longo do tempo (a partir das experiências eleitorais).

Ficou politicamente incorreto falar que um eleitor é irracional, mas os testes ainda são usados até hoje (como no ESEB) – "ninguém deixou a escola de Michigan".

O teoria do voto retrospectivo também ainda tem muita força nas pesquisas contemporâneas.

Nova literatura sobre impacto da corrupção no comportamento do voto.

2 Os determinantes sociológicos do voto

LAZARSFELD, P.; BERELSON, F.; GAUDET, B. Prefacio a la segunda edición (p. 1-23) e El efecto de activación (p. 121-136). In: _____. El pueblo elige. *Estudio del proceso de formación del voto durante una campaña presidencial*. Buenos Aires: Ediciones 3, 1962.

2.1 Fichamento

A conjuntura da Segunda Guerra Mundial teve enorme impacto nas ciências sociais, na medida em que o momento fazia necessário que sociólogos, psicólogos, antropólogos e economistas colocassem em prática seus conhecimentos teóricos para auxiliar nas tomadas de decisão durante o conflito.

El buen resultado que tuvieron estas investigaciones y los recomendaciones de ellas derivadas, han servido para acrecentar el prestigio de las ciencias sociales. La administración estatal, la industria y los grupos laborales se inclinan cada vez más a solicitar el asesoramiento de los especialistas en ciencias sociales. El curso de los acontecimientos de la posguerra ha dado aún mayor impulso a esta tendencia. La aparición de la bomba atómica nos ha hecho conscientes de que los descubrimientos de la física han sobrepasado nuestra capacidad de integrarlos al sistema social que nos rige. Ante la probabilidad de una tercera guerra mundial, que contraría el deseo universal de paz, muchos se preguntan hasta qué punto los individuos que componen una sociedad pueden controlar los hechos sociales. (LAZARSFELD; BERELSON; GAUDET, 1962, p. 1)

Na prática, o início do texto chama atenção para a necessidade de uma articulação forte entre teoria e prática no campo das ciências sociais, considerando acontecimentos recentes (à época, evidentemente) da história mundial. Além disso, indica a tendência reprovável nas ciências sociais em realizar estudos e experimentos sem a profundidade necessária, desconsiderando "La complejidad de la vida social" (LAZARSFELD; BERELSON; GAUDET, 1962, p. 2). Por último, defende-se a necessidade de desenhos de pesquisa que busquem estudar o objetivo a partir das mudanças sociais ao longo do tempo.

OBJETIVO DO ESTUDO: estudar a formação, as mudanças e a evolução da opinião pública. Um grupo de especialistas entrevistou, durante 7 meses, 600 indivíduos uma vez ao mês no formato de painel, apesar de ter entrevistado outras pessoas. A ideia era compreender os efeitos da campanha presidencial na comunidade.

Um percentual de 13% dos entrevistados mudou seu comportamento na eleição às vésperas. Daí, os autores formulam 3 perguntas fundamentais: (a) que classe de pessoas está mais predisposta ao *cambio*?; (b) que influências atual para produzir esses cambios?; (c) em que direção se

orientam os cambios?

A resposta para a primeira pergunta tem a ver com o que o autor chama de *correlaciones externas* — isto é, determinados grupos de fato estão mais predispostos a votar no partido A ao partido B por motivos variados. No entanto, essas correlações podem decepcionar.

O que explica a mudança de comportamento de 6 dos 65 indivíduos que pretendiam abster-se de votar? No fue difícil descubrir los factores que habían producido este cambio. El equipo encargado del estudio en el condado de Erie observó que, en esa oportunidad al menos, la organización proselitista republicana era mucho más activa y eficiente que la demócrata. Efectivamente, cuando se interrogó a los 6 mutantes mencionados acerca de la razón que los impulsó a asistir a las urnas, todos declararon que, a último momento, habían recibido la visita de un representante del Partido Republicano, quien los había convencido para que votaran. (LAZARSFELD; BERELSON; GAUDET, 1962, p. 4-5).

O interessante do argumento é que, ao dividir em grupos menores que apresentam mudança de comportamento, o autor julga ser possível investigar quais são as motivações que influenciam nessa alteração. No caso desse estudo, o resultado foi que os contatos pessoais dos indivíduos foram os fatores que mais influenciaram na mudança de comportamento frente às urnas. Ainda é importante, na verdade, determinar em que direção ocorreu a mudança. E, nesse caso, o estudo indica: no que diz respeito ao âmbito dos subgrupos — isto é, o comportamento dos indivíduos que participam de um mesmo subgrupo —, as mudanças foram **homogêneas**. O mesmo não vale para o cenário geral, considerando o comportamento de todos o subgrupos, em que foi observada a tendência da **polarização**. Ou seja, se dentro de cada subgrupo a tendência dos indivíduos era pensar de forma semelhante entre si, o comportamento dos subgrupos de forma geral foi variada.

Aliás, uma coisa que eu pensei: aqui ele fala em polarização porque a gente tá falando de Estados Unidos, ou seja, temos só Republicanos e Democratas com expressão eleitoral. Mas aqui no Brasil, como são/foram os estudos sobre isso? Porque aí a situação já era completamente diferente.

Enuncia o cuidado necessário de que um determinado estudo tem seus resultados limitados pelo momento e pelo local em que foi realizado. Se a comparação entre dois estudos sugerir os mesmos resultados, chama-se *función de corroboración*; depois, se ainda houver diferenças nos resultados estatísticos, mas a consideração das condições conduzir para a mesma conclusão geral, chama-se *función de especificación*; e, por último, determinados resultados podem ser esclarecidos por estudos posteriores, e daí a *función de eclarecimiento*.

O que se fez, então, foi a comparação com outro estudo. Através de características do perfil socioeconômico dos entrevistados (religião, zona de moradia), calculou-se um *índice de pre-disposición política*, tornando possível determinar se o entrevistado votou em harmonia com o seu médio social ou se ele era um "desviado", isto é, se a opção política estava fora do padrão esperado para ao subgrupo pertencente.

Al estudiar a los 54 mutantes de partido descubrimos que, antes de su cambio de opinión, 36 de estos sujetos tenían una intención electoral contraria a la predominante en su ambiente social, mientras que, después de producidos los cambios, sólo quedaron 20 casos 'desviado'. De allí dedujimos que los cambios de partido se orientan en un sentido que conduce a una mayor armonía y homogeneidad dentro de cada subgrupo. (LAZARSFELD; BERELSON; GAUDET, 1962, p. 6).

En efecto, el 38% de los mutantes manifestaron que les era indiferente el resultado de los comicios; en cambio, entre los constantes, sólo un 21% evidenció tal disposición. A esto se añade que el 65% de los mutantes, en contraposición al 46% de los constantes, juzgaban que no existía una verdadera diferencia entre los candidatos. (LAZARSFELD; BERELSON; GAUDET, 1962, p. 7). Na prática, o indivíduo que muda de opinião não está realmente interessado no resultado final das eleições. Qualquer ocorrência do dia a dia pode interferir no seu voto.

Critica os cientistas sociais que consideram inútil a repetição de experimentos de um mesmo tipo de análise em situações idênticas e variadas. Na opinião dos autores, essa repetição é fundamental para que seja possível parar estudos e complementar os resultados.

Parei na página 8: Datos empíricos y procesos sociales.

2.2 Notas de aula

O eleitor é racional? Ora, o objetivo do texto não é discutir racionalidade do eleitor — que, aliás, nem é discutida nessa teoria. Trata-se de um texto que discute metodologia. Precursor da Escola de Columbia.

Foco principal do livro é detalhamento do método de painel. Percepção da análise que associa o voto ao grupo ao qual o eleitor pertence. Aliás, foca nos mutantes em relação aos constantes. A preocupação não é explicar o resultado eleitoral, mas entender por que as pessoas mudam de voto através de determinantes sociológicos.

Fatores determinantes em ordem de importância:

1. Núcleo familiar

- 2. Outros contatos pessoais diretos (líderes de opinião)
- 3. Campanha política

Um ponto importante desse trabalho é que foi um dos primeiros que chamou a atenção para a influência dos formadores de opinião. A hipótese principal é que a influência vem da família, mas foram surpreendidos ao identificar que os formadores de opinião são um atalho informacional importante. Se alguém por quem você tem muito afeto, por exemplo, fez essa sugestão, você acompanha no voto.

Voto como tradição familiar: a grande maioria declarava que sabia em quem os pais e avós votaram e que isso influiu na escola do próprio voto. Não votar em outra pessoa é teimosia? Segundo o autor, não: o que você busca é gratificação pessoal — eu quero ir para o almoço de domingo e ter paz. Além disso, sensação de coesão e pertencimento ao núcleo familiar. E finalmente, sensação de segurança pessoal (se sentir bem na sua família é um conforto extra.

Viés de confirmação: uma vez formada a opinião, você resiste à informação que a contraria. Nickerson (1998).

Segundo os dados, quanto maior o nível socio-econômico, maior o percentual de votos em republicanos em relação aos democratas. É o primeiro estudo sistemático a esse respeito. Metodologicamente, a determinação da classe de um indivíduo era feita pelas entrevistas: visual da casa, bairro, vestimenta, profissão e a partir daí deduzia-se a renda. Falho, evidentemente, mas era o possível para a época — até porque as pessoas ainda estavam entendendo se responder questionários era normal, já que era algo novo. **IMPORTANTE:** Essa é uma crítica fundamental que a Escola de Michigan faz à Escola de Columbia: os aspectos metodológicos da pesquisa — área restrita, dedução de renda possivelmente falha...

E qual é a vantagem metodológica de perguntar antes da eleição o quanto o eleitor nota de diferença entre os candidatos disputando a eleição? É pegar o eleitor no pulo: pensando em Bourdieu, os indivíduos tendem a pensar muito no que dizem. Ao perguntar com antecedência, evitamos que o eleitor dê uma resposta mais "elaborada".

3 Os determinantes psicossociais do voto

CAMPBELL, A. et al. Theoretical orientation. In: ____. *The American voter*. Chicago, University of Chicago Press, 1960, p. 19-37.

3.1 Fichamento

Desde a primeira página do texto já faz referência a uma série de pesquisadores que não são do campo das ciências sociais stricto sensu. Em especial, fala-se em pesquisadores da estatística — "[...] coders, IBM operators, and statistical clerks who are inevitably involved in research operations of this magnitude." (CAMPBELL et al., 1960). De fato, é a valorização de pesquisas de opinião no âmbito nacional.

It has been unsatisfactory, however, to leave these two approaches as independent and competing bodies of theory. They are addressed to the same reality, and conflict between them is hardly a matter of contradictory findings. Rather, they are attacking the problem at different levels, and consequently in different languages. Each approach has had its characteristic strengths and shortcomings. To the degree that these strengths are complementary, the advantages of each should be preserved in a broader framework of theory. (CAMPBELL et al., 1960, p. 18). Se refere às correntes sociológica e psicológica da ciência política.

If we are interested in voting behavior, it is likely that we wish to account for variation in at least two classes of events. We want to predict whether a given individual is going to vote, and which candidate hi will choose. Although these are pleasantly simple dependent variables, it is clear that they represent extremely complex behavior; no single-factor theory is likely to tell us much about them. (CAMPBELL et al., 1960, p. 19).

Understanding is forced to range more widely than is prediction. At the level of prediction, once we have found a variable that forecasts our chosen event, we rest content. To find another, which in turn predicts the event, or which intervenes between it and the dependent event, is superfluous. Yet for the purpose of understanding, such additional factors are invaluable, although they do not improve out prediction of the final event materially. They do enhance our grasp of the total situation and the full range of conditions that operate within it. (CAMPBELL et al., 1960, p. 20).

Causality: uniformities of sequence observed in time past, which may be expected in the absense of exogenous factors to hold in the future. (CAMPBELL et al., 1960, p. 21)

We cannot afford to build an explanatory model that treats each case as distinctive phenomenon, with unique mechanisms at work. A systematic theory must be able to accept a set of data

pertaining to any individual case and provide an ultimate prediction behavior. (CAMPBELL et al., 1960, p. 23)

Funnel of causality: The funnel shape is a logical product of the explanatory task chosen. Most of the complex events in the funnel occur as a result of multiple prior causes. Each such event is, in its turn, responsible for multiple effects as well, but out focus of interest narrows as we approach the dependent behavior. We progressively eliminate those effects that do not continue to have relevance for the political act. Since we are forced to take all partial causes as relevant at any juncture, relevant effects are therefore many fewer in number than relevant causes. The result is a convergence effect. (CAMPBELL et al., 1960, p. 24)

Exogenous factors: They include all those conditions that are so remote in nature from the content interest of the investigator that their inclusion in a system of variables, even if possible, would be undesirable. (CAMPBELL et al., 1960, p. 25-26)

Personal conditions: those events or states within the funnel of which the individual is aware, although he need not conceptualize them as the investigator does. (CAMPBELL et al., 1960, p. 27)

We assume that most events or conditions that bear directly upon behavior are perceived in some form or other by the individual prior to the determined behavior, and that **much of behavior consists of reactions to these perceptions.** (CAMPBELL et al., 1960, p. 27)

Out theoretical superstructure immediately poses several such questions. What cross sections in time deserve our most immediate attention? What shall we exclude as exogenous factors? How far back shall we attempt to explore in the infinite regress of antecedent factors? (CAMPBELL et al., 1960, p. 33)

[...] the attitudinal approach entails some liabilities as well. Measurement close to the behavior runs the rusk of including values that are determined by the event we are trying to predict — that is, the vote decision. To the degree that this occurs, some elements of a system of supposed independent variables may in fact be effects rather than causes. (CAMPBELL et al., 1960, p. 35)

But since we are interested in the way events unfold in the longer term, we want a set of empirical relationships that carry us deeper into the funnel and move outward from events and attitudes that are expressly political. (CAMPBELL et al., 1960, p. 35)

Such laws we presume to exist, and with proper phrasing they should not only outlast reversals of voting patyters but should predict them. (CAMPBELL et al., 1960, p. 37)

3.2 Notas de aula

Sistema de Crenças: basicamente, dizer que determinado elemento está associado a um outro a partir de explicações causais. Trata-se de mobilizar aspectos para responder ou classificar determinado grupo, o que corresponde a uma resposta **lógica** para a Escola de Michigan (ainda que eles não necessariamente gostem da resposta).

Configuração de ideias e atitudes em que os elementos estão ligados entre si por alguma forma de restrição ou interdependência funcional. (CONVERSE, 2006, p. 3).

Uma lista de características que são mobilizadas para descrever determinado grupo. É o que eu associo se quiser chamar alguém de conservador, liberal etc.

O eleitor **não** se guia por questões fundamentalmente racionais e, na prática, por questões de educação formal. Se você nem sequer sabe o que significa ser conservador, você não pode escolher seu voto de forma racional. Daí a irracionalidade do eleitor, que pauta seu voto por questões que não são atravessadas pela formalidade, mas por questões psicológicas.

O eleitor é racional quando consegue dar uma resposta mais sofisticada a respeito daquilo que ele, inclusive, não concorda. E é mais sofisticado e racional ainda quando consegue abstrair e explicar de forma abstrata o que determinado grupo político defende. O que incomoda os analistas que vieram a seguir é que o eleitor ideal da Escola de Michigan é o racional, que fez ensino superior e é intelectualmente sofisticado.

É claro que a ordenação dos indivíduos nesta escala vertical de informação se deve em grande parte a diferenças na educação, mas também é fortemente modificada por diferentes interesses e gostos especializados que os indivíduos adquiriram ao longo do tempo (um para a política, outro para a atividade religiosa, outro para a pesca e assim por diante. (CONVERSE, 2006, p. 10). O que se fala justamente é "olha como somos ilustrados por nos interessarmos por política! Política é um assunto que as pessoas simplesmente não se interessam e por isso o cidadão americano vota tão mal.". Dito de outra forma, assuntos da política nacional e internacional são de natureza abstrata ao homem comum. Segundo Converse (2006, p. 20), o nível de informação das massas é baixo.

 $O\ eleitor\ americano = O\ "idiota"\ americano$

A literatura critica amplamente a Escola de Michigan, mas ninguém deixa de dialogar com ela — é a Escola mais citada.

Uma tipologia do eleitor americano:

Ideológico: consegue responder questões sobre o espectro ideológico com facilidade e mobiliza descrições abstratas (eleitor ideal);

Quase-ideológico: usam conceitos do campo ideológico, mas utilizam os termos de forma duvidosa;

Grupos de interesse: avaliam partidos e candidatos em termos do potencial tratamento favorável ou desfavorável de diferentes grupos sociais;

Natureza dos tempos: citava algo relacionado à esfera da política para classificar os partidos, mas não cabia nos estratos anteriores;

Sem conteúdo político: avaliaram partidos e candidatos sem qualquer argumento político.

3.3 Fórum

Pergunta: Quais os argumentos que fazem Campbell e colegas, no livro The American Voter, a interpretar que o eleitor americano é irracional? Baseie a sua interação no fórum a partir da leitura do texto.

Campbell et al. (1960), mais especificamente no capítulo Theoretical orientation, fazem uma proposição fundamentalmente metodológica para a análise do comportamento eleitoral do americano. Nessa empreitada, os autores apresentam suas percepções a respeito de como esse eleitor define seu voto. Daí a construção teórica do funil de causalidade: uma superestrutura que permite que o pesquisador determine, com certa precisão, quais variáveis foram responsáveis - ou, pelo menos, quais foram mais determinantes - na decisão final do eleitor ao computar seu voto nas urnas. E, mais do que isso, ao descobrir quais variáveis mais influenciam no comportamento, seria possível prever o voto e os resultados eleitorais de forma geral.

Nesse caso, o sistema de crenças é um conceito importante. Trata-se, segundo Converse (2006), da capacidade de um indivíduo associar elementos a partir de explicações causais, servindo, no limite, para justificar o voto de forma racional. Se o eleitor ideal da Escola de Michigan é aquele capaz de explicar em termos abstratos aquilo que um grupo político defende, argumenta-se que o eleitor médio americano não é sequer capaz de mobilizar um sistema de crenças para decidir seu voto.

Na prática, essa argumentação sugere de que modo os autores interpretam o voto do eleitor médio: não fruto da racionalidade, mas da conjugação de uma série de variáveis que levam com que o indivíduo se expresse politicamente de determinada forma. A irracionalidade na escolha do voto se justificaria pelos diferentes níveis educacionais dos eleitores americanos, fator que supostamente levaria a um natural desinteresse da população menos ilustrada pelo debate político. Finalmente, isso implicaria a decisão do voto a partir de questões meramente psicossociais, não pautadas pela racionalidade.

4 A teoria da Cultura Política

ALMOND, G. Public Opinion and National Security Policy. *The Public Opinion Quarterly*, v. 20, n. 2, p. 371-378, Summer 1956.

ALMOND, G.; VERBA, S. Presentacion, Prologo e Un enfoque sobre la Cultura Politica. In: *La Cultura Civica*. Madrid, La Editorial Católica, 1970, p. 7-59.

4.1 Notas de aula

O antigo institucionalismo:

- Análises especulativa / dedutiva;
- Inspirados pela Filosofia Política e Direito;
- Análises descritivas e formalistas:
- Uma literatura normativa → as coisas ocorrem conforme as normas (constitucionais). Se está escrito nas normas, é o que vai acontecer na prática no mundo político;
- Procurava ver a letra da lei e assumir, a partir das regras, como o mundo deveria ser;
- Foco: estudar os princípios da Constituição e comparar se um país é mais ou menos governável a partir dela;

O **choque do institucionalismo** vem especialmente a partir do nazifascismo e da crise do liberalismo. Os pesquisadores dessa linha se percebem incapazes de explicar novos fenômenos políticos que surgiram a partir da década de 1930. Fundamentalmente, era de se esperar que o governo de Weimar fosse estável, por exemplo, mas na prática ocorreu o que ocorreu.

O **Behaviorismo** é pegar os incentivos da lei da física e da biologia e tentar entender o comportamento humano. Nesse caso, tentamos negar o institucionalismo a partir da suposição de que as regras não importam. Vamos buscar, assim, a cientificidade das ciências biológicas e exatas para compreender o comportamento humano, implementando esses preceitos na análise psicológica.

A formulação inicial vem da psicologia norte-americana. Recupera *Behaviorism* de John Watson, escrito ainda em 1913. Perspectiva multidisciplinar: aproximação dos estudos políticos com esses métodos, teorias, pesquisas e resultados da psicologia, da sociologia, da antropologia e da economia.

A Escola de Michigan é o antro de onde são formados os grandes behaviorista. Daí o Modelo Michigan:

- Estudo sobre comportamento eleitoral baseado em um dos primeiros grandes *surveys* eleitorais da história americana;
- A maioria dos eleitores é desinteressada e desinformada, votando segndo a identificação partidária muitas vezes herdada dos pais;
- O comportamento eleitoral mostrava-se fruto da identificação partidária.

Almond e Verba $(1970)^1$ trabalha com um desenho de pesquisa extremamente caro para a década de 60. Um n de cerca de 5.000 pessoas em 5 países (Inglaterra, Alemanha, Itália, México e Estados Unidos) divididas entre capitais, cidades menores e povoados (clivagem urbano \times rural, testando a Teoria da Modernização²). Queremos interpretar o que aconteceu na Itália e na Alemanha, mas por comparação — pegando o protótipo de democracia (Inglaterra) e um lugar lindo, que é os Estados Unidos. Vamos pegar também um países "em desenvolvimento, subdesenvolvido".

Trata-se de um estudo sobre postura política do cidadão **de forma comparada**. Fundamentalmente, é a ideia de cientificidade por trás — nenhuma escolha é feita por conveniência, mas, caso seja, ela deve ser detalhada para que o leitor/analista possa fazer sua crítica. Dito de outra forma: apresentar as escolhas e dar razões para essas escolhas.

O termo cultura política³ refere-se especificamente a orientações políticas, posturas em relação ao sistema político e seus diferentes elementos, bem como atitudes em relação ao seu papel dentro desse sistema. Falamos de uma cultura política da mesma forma que podemos falar de uma cultura econômica ou religiosa. (ALMOND; VERBA, 1970, p. 30).

Nosso estudo decorre desse corpo teórico sobre as características e pré-condições da cultura da democracia. O que temos feito consiste em uma série de experimentos, a fim de testar algumas dessas hipóteses. Em vez de inferir as características de uma cultura democrática a partir de instituições políticas ou condições sociais, tentamos especificar seu conteúdo examinando atitudes em vários sistemas democráticos em funcionamento. Somos behavioristas, e não institucionalistas!

Quando falamos da cultura política de uma sociedade, nos referimos à cultura política que informa os conhecimentos, sentimentos e valores de sua população. As pessoas são introduzidas em tal sistema, assim como são socializadas em papéis e sistemas sociais não políticos.

Primeira edição em 1963.

Note: se há um padrão de comportamento no comparativo entre aqueles que moram em regiões mais urbanizadas em relação à população rural, então a Teoria da Modernização ajudaria de alguma forma a explicar comportamento político.

³ **OBS.:** A Cultura Política da História não tem absolutamente nada a ver com a nossa Cultura Política.

(ALMOND; VERBA, 1970, p. 30).

Argumento: as pessoas têm um sistema de valores (sistema de crenças) que podem ser mais ou menos favoráveis à democracia (uma pessoa pode ter tendências mais totalitárias).

Ideia de cultura política: inclui conhecimentos, crenças, sentimentos e compromissos com valores políticos e com a realidade política. O conteúdo é resultado da socialização na infância, da educação, exposição aos meios de comunicação (informações que consome), experiências adultas com o governo, com a sociedade e com o desempenho econômico do país.

Tipos de orientação política:

Orientação cognitiva: capacidade de avaliar o mundo. Grau de conhecimento que os cidadãos têm do sistema político e o grau de crença no sistema, nos seus papéis e nos seus titulares, seus *inputs* (o que você solicita como política pública) e *outputs* (como essa demanda é atendida pelo governo);

Orientação afetiva: você é irracional? Suas paixões/emoções te influenciam a ser mais democrático ou autoritário? Está relacionado com os sentimentos sobre o sistema política, seus papéis, pessoas e desempenho;

Orientação avaliativa: São os julgamentos e opiniões sobre o sistema político que normalmente envolvem a combinação de critérios de valor com informações e sentimentos (ALMOND; VERBA, 1970, p. 31);

Análise sobre a visão do cidadão: as perguntas do survey assumem que o eleitor tem um conhecimento sobre o sistema político que não necessariamente corresponde à realidade. Isto é, há uma alta demanda por sofisticação intelectual — influência da Escola de Michigan.

A partir das respostas, são delimitados 3 tipos de cultura cívica:

Cultura paroquial: : típica das estruturas políticas tradicionais. Ideia que pessoas não querem participar e não se interessam por política. Esse é o pior nível de cultura política pois você está alienado e apático à política. O modelo paroquial puro é o México;

Cultura súdita: Congruente com estruturas políticas autoritárias e centralizadas. Existem países que tem uma cultura política onde as pessoas conhecem quem são seus governantes, seus sistemas, mas se submetem à condição de súditos. "Não é uma cultura que queremos para nós". Caso da Itália e da Alemanha;

Cultura participante: Condizente com uma estrutura política democrática. "São os valores cívicos que queremos". Valores cívicos são a cultura política que pressupõe a participação. Caso dos EUA e Inglaterra.

Por que é um clássico?

- O primeiro que desenvolve a ideia de cultura cívica e cultura política Pioneiro ao investigar o papel desempenhado pela cultura política;
- Pioneiro em unir o estudo dos fundamentos psicológicos da política ao do sistema político.
 A proposta do trabalho não é observar comportamento eleitoral, e sim fazer um estudo comparativo;
- A partir disso, inaugurou as comparações entre os países no estudo da política estruturação da política comparada;
- Estimulou vários estudos posteriores, como o *International Study on Values in Politics*, conduzido, no final dos anos 60, na Índia, Polônia, EUA e Iugoslávia.

Problemáticas da escola:

- Determinismo cultural e etnocentrismo na definição do que deveria ser considerado como "político";
- Crítica originada do Marxismo: não mostra as raízes históricas das culturas políticas das sociedades analisadas, frustrando uma interpretação concernente à classe e à estrutura;
- Abrem uma polêmica ao afirmar que o sucesso de um sistema política depende significativamente da compatibilidade entre suas instituições e conjunto de valores, crenças e atitudes partilhadas pela população (culturalistas VS neoinstitucionalistas) crítica mais forte.

4.2 Fórum

Pergunta: Qual o impacto da cultura política para o sistema político?

A idealização do conceito de cultura política é fruto de um processo mais amplo de reorientação teórica e metodológica nos estudos sobre regimes políticos. É uma tentativa de compreender determinados fenômenos históricos que a linha institucionalista foi incapaz de explicar ou prever, como a crise do liberalismo e a ascensão do nazifascismo. Se o Institucionalismo partia do pressuposto de que a letra da lei determinada pelas Constituições importava

e era suficiente para a manutenção das democracias, o Behaviorismo recupera incentivos das ciências biológicas, exatas e da psicologia para compreender o comportamento humano.

Metodologicamente, torna-se importante a realização de pesquisas em larga escala e que levem em consideração a dimensão comparativa. Daí o desenho de pesquisa de Almond e Verba (1970), que conta com a entrevista de cerca de 5.000 indivíduos em 5 países diferentes: Inglaterra, Estados Unidos, Alemanha, Itália e México.

Integrantes da Escola de Michigan, o argumento fundamental é de que os indivíduos possuem sistemas de crenças mais ou menos favoráveis ao estabelecimento de regimes democráticos. Isso é a cultura política: o resultado de uma série de processos sociais e psicológicos (como a socialização, níveis educacionais, ambiente familiar etc) que conformam os valores, os sentimentos e a postura dos indivíduos em relação ao sistema político.

A análise dos dados coletados na pesquisa possibilitou a descrição de 3 tipos de cultura: a paroquial, a súdita e a participante. No primeiro, os indivíduos são alienados e apáticos em relação à política; no segundo, os indivíduos se submetem à condição de súditos frente aos governantes; e, por último, o tipo mais propício ao estabelecimento de um regime democrático. Segundo os autores, então, o tipo de sistema político que pode ser implementado em um país é determinado, ou pelo menos significativamente dependente, do nível de cultura política dos cidadãos.

5 A teoria da escolha racional (I): voto prospectivo

DOWNS, A. Introdução e Cap. 8 — A estática e a dinâmica das ideologias partidárias. In: _____. *Uma teoria econômica da democracia*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

5.1 Fichamento

Não há razão a priori para presumir que esse ordenamento é racional, isto é, razoavelmente dirigido para a realização de objetivos conscientes. Entretanto, a teoria econômica se erigiu sobre a suposição de que prevalece a racionalidade consciente [...]. Já que nosso modelo ex definitione diz respeito ao comportamento racional, temos também que fazer essa suposição. (DOWNS, 2013, p. 26)

A análise econômica, portanto, consiste em dois importantes passos: descoberta dos objetivos que aquele que toma decisão está perseguindo e análise de quais meios de atingi-los são mais razoáveis, isto é, exigem a menor aplicação de recursos escassos. (DOWNS, 2013, p. 26)

Homem racional: Mas a definição econômica se refere unicamente ao homem que se move em direção a suas metas de um modo que, ao que lhe é dado saber, usa o mínimo insumo possível de recursos escassos por unidade de produto valorizado. (DOWNS, 2013, p. 27). Na prática, não se trata de definir racionalidade a partir de proposições "lógicas": você pode tomar decisões baseado em emoções e isso pode ser perfeitamente racional.

Homem racional (2): [...] aquele que se comporta como se segue: (1) ele consegue sempre tomar uma decisão quando confrontado com uma gama de alternativas; (2) ele classifica todas as alternativas diante de si em ordem de preferência de tal modo que cada uma é ou preferida, indiferente ou inferior a cada uma das escolhas; (3) seu ranking de preferência é transitivo; (4) ele sempre escolhe, dentre todas as alternativas possíveis, aquela que fica em primeiro lugar em seu ranking de preferência; e (5) ele sempre toma a mesma decisão cada vez que é confrontado com as mesmas alternativas. Todos aqueles que tomam decisão racionalmente no nosso modelo — inclusive partidos políticos, grupos de interesse e governos — mostram as mesmas qualidades. (DOWNS, 2013, p. 28)

[...] concentramos nossa atenção apenas nas metas econômicas e políticas de cada indivíduo ou grupo no modelo. Reconhecidamente, a separação dessas metas das muitas outras que os homens perseguem é bastante arbitrária. [...]. Todavia, esse é um estudo de racionalidade econômica e política, não de psicologia. Portanto, ainda que considerações psicológicas tenham um lugar legítimo e significativo tanto na economia quanto na ciência política, nós nos desviamos delas [...]. (DOWNS, 2013, p. 28-29)

A função política das eleições numa democracia, presumimos, é selecionar um governo. Portanto, comportamento racional vinculado às eleições é comportamento orientado para esse fim e nenhum outro. (DOWNS, 2013, p. 29)

Fundamental diferenciar erros racionais de irracionalidade: Nosso desejo de desviar da irracionalidade política nasce de (1) a complexidade do assunto, (2) sua incompatibilidade com o nosso modelo de comportamento puramente racional e (3) o fato de ser um fenômeno empírico que não podemos tratar através apenas da lógica dedutiva mas que também exige real investigação para além do escopo deste estudo. (DOWNS, 2013, p. 32)

Nosso modelo se baseia no pressuposto de que todo governo procura maximizar o apoio político. Presumimos ainda que o governo existe numa sociedade democrática em que se façam eleições periódicas, que seu objetivo principal é a reeleição, e que a eleição é o objetivo daqueles partidos agora alijados do poder. Em cada eleição, o partido que recebe o maior número de votos (embora não necessariamente a maioria) controla todo o governo até as próximas eleições, sem quaisquer votações intermediárias, seja pelo povo como um todo, seja pelo parlamento. O partido governante, portanto, tem liberdade ilimitada de ação, dentro dos limites da constituição. (DOWNS, 2013, p. 33)

No nosso modelo, o governo persegue seu objetivo sob três condições: uma estrutura política democrática que permite a existência de partidos de oposição, uma atmosfera de graus variáveis de incerteza e um eleitorado de eleitores racionais.

Nosso modelo mantém uma relação definida com modelos econômicos anteriores de governo, embora o nosso seja positivo e na maioria dos outros seja normativo. Buchanam propôs uma dicotomia entre concepções organísmicas e individualistas de Estado; tentamos evitar ambos os extremos. Samuelson e Buamol argumentaram que o Estado pode assumir eficientemente apenas transferências diretas de renda e ações que produzam benefícios indivisíveis; tentamos mostrar que tem muitos outros papéis legítimos. Bergson tentou estabelecer relações entre fins individuais e sociais por meio de um postulado puramente ético; adotamos um axioma ético sob forma política. Arrow provou que essas relações não poderiam ser estabelecidas racionalmente sem prescrição; tentamos mostrar como seu dilema pode ser contornado.

Tentamos essas tarefas por meio de um modelo que é realista e, contudo, não preenche os detalhes das relações no interior dele. Em suma, queremos descobrir qual forma de comportamento político é racional tanto para o governo quanto para os cidadãos de uma democracia. (DOWNS, 2013, p. 41-42)

Se as ideologias políticas são verdadeiramente meios para atingir a finalidade de obter votos, e se sabemos algo sobre a distribuição das preferências dos eleitores, podemos fazer previsões específicas a respeito de como as ideologias mudam em conteúdo à medida que os partidos

manobram para conseguir o poder. Ou, inversamente, podemos afirmar as condições sob as quais as ideologias passam a se parecer umas com as outras, a divergir umas das outras, ou a permanecer em alguma relação fixa. (DOWNS, 2013, p. 135)

Sobre o voto prospectivo: Mesmo num mundo certo, entretanto, a abstenção é racional para os eleitores extremistas que são orientados para o futuro. Estão dispostos a deixar o pior partido vencer hoje a fim de impedir que o partido melhor se movimente em direção ao centro, de modo que, em futuras eleições, ele esteja mais próximo deles. Assim, quando ele realmente vence, sua vitória é mais valiosa a seus olhos. A abstenção se torna, desse modo, uma ameaça a ser usada contra o partido mais próximo de nossa própria posição extrema, de modo a mantêlo longe do centro. (DOWNS, 2013, p. 140)

Sobre sistemas políticos bimodais com eleitores distribuídos normalmente com modalidades próximas a cada extremo: [...] qualquer um dos partidos que vença tentará implementar políticas radicalmente opostas à ideologia do outro partido, já que os dois estão em extremos opostos. Isso significa que a política governamental será altamente instável e que é provável que a democracia produza caos. Infelizmente, o crescimento de partidos de centro equilibradores é improvável. (DOWNS, 2013, p. 141)

Em circunstâncias mais normais, em países onde há duas classes sociais opostas mas não há uma classe média bastante grande, é mais provável que a distribuição numérica se incline para a esquerda, com uma pequena modalidade na extrema direita. (DOWNS, 2013, p. 142)

[...] fica claro que a distribuição numérica de eleitores ao longo da escala política determina, em grande medida, que tipo de democracia se desenvolverá. (DOWNS, 2013, p. 142-143)

Como vimos no último capítulo, a integridade e a responsabilidade criam relativa imobilidade, o que impede que o partido dê saltos ideológicos sobre as cabeças de seus vizinhos. Desse modo, o movimento ideológico é restrito ao progresso horizontal no máximo até o — e nunca além do — partido mais próximo de cada lado. (DOWNS, 2013, p. 143)

Existe um limite para a introdução de novos partidos: Os partidos existentes naquela altura se organizam por meio da competição, de modo que nenhum partido pode obter mais votos movimentando-se para a direita do que perde à esquerda fazendo o mesmo, e vice-versa. O sistema político atinge desse modo um equilíbrio de longo prazo no que diz respeito ao número e posições de seus partidos, presumindo-se que não houve qualquer mudança na distribuição dos eleitores ao longo da escala. (DOWNS, 2013, p. 144)

Partido: um grupo de homens que buscam chegar ao poder. Não sobrevive se nenhum dos membros se elege;

Sistema vencedor-leva-tudo: tende a estreitar o campo a dois partidos concorrentes, porque o que ocorre na prática é uma amalgamação de partidos até que seja possível atingir o número mínimo de votos para eleger pelo menos um candidato;

Sistema proporcional: estímulo ao multipartidarismo, porque o percentual de votos necessário para eleger um candidato é muito menor.

Pergunta: a estrutura do sistema eleitoral determina a distribuição dos eleitores, ou a distribuição dos eleitores determina o sistema eleitoral?

[...] é provável que [...] os partidos se empenhem em se distinguir ideologicamente uns dos outros e em manter a pureza de suas posições; ao passo que, em sistemas bipartidários, cada partido tentará se parecer com o seu oponente tanto quanto possível.

Se nosso raciocínio é correto, é provável que os eleitores em sistemas multipartidários oscilem muito mais em função de considerações doutrinárias — questões de ideologia e políticas — do que os eleitores em sistemas bipartidários. Esses últimos eleitores são aglomerados na amplitude moderada onde ambas as ideologias se situam; assim, é provável que considerem a personalidade, ou competência técnica, ou algum outro fator não-ideológico como decisivo. [...]

Os eleitores em sistemas multipartidários, entretanto, têm uma ampla gama de escolha ideológica, com os partidos antes enfatizando do que suavizando as diferenças doutrinárias. Desse modo, considerar as ideologias como fatores decisivos na nossa decisão de voto é geralmente mais racional num sistema multipartidário do que num sistema bipartidário. [...] (DOWNS, 2013, p. 147-148)

Novos partidos podem contemplar dois objetivos: (1) ganhar eleições ou (2) influenciar partidos já existentes. (DOWNS, 2013, p. 148). Fica claro que um pré-requisito importante para o aparecimento de novos partidos é uma mudança na distribuição de eleitores ao longo da escala política. [...]. Uma mudança no número de eleitores per se é irrelevante; é a distribuição que conta. Desse modo, o sufrágio feminino não cria quaisquer novos partidos, embora aumente o total de votos enormemente. (DOWNS, 2013, p. 151-152)

Por um lado, quer agradar tantos eleitores quanto possível; por outro lado, quer ter um forte apelo para cada eleitor individualmente. O primeiro desejo implica uma plataforma que contém uma gama ampla de políticas que representam muitas perspectivas ideológicas diferentes. O segundo desejo implica uma integração íntima de políticas em torno de um ponto de vista filosófico de qualquer um dos eleitores que estiver sendo cortejado. Obviamente, quanto mais um desejo é alcançado, menos o outro será satisfeito. (DOWNS, 2013, p. 153)

Portanto, o juízo que o eleitor faz de cada partido se torna bidimensional: ele deve contrabalançar a posição líquida do partido (a média de suas políticas) e seu arco (sua variação) ao decidir se

quer apoiá-lo. Se um partido tem a média idêntica à posição do eleitor (que presumimos como sendo de valor único) mas uma variação enorme, ele poderá rejeitá-lo a favor de um outro partido com uma média não tão próxima a ele, mas com uma variação muito menor. (DOWNS, 2013, p. 154)

Sobre a ambiguidade de sistemas bipartidários: A ambiguidade, portanto, aumenta o número de eleitores a quem um partido pode agradar. Esse fato encoraja os partidos, num sistema bipartidário, a serem tão ambíguos quanto possível em relação a suas posições sobre cada questão controversa. [...].

[...] Naturalmente, isso faz com que se torne mais difícil para cada cidadão votar de modo racional; fica difícil para ele descobrir o que seu voto apóia quando dado a um ou a outro partido. Consequentemente, os eleitores são encorajados a tomar decisões com base em algo diferente das questões, isto é, com base na personalidade dos candidatos, em padrões tradicionais de voto familiar, na lealdade a antigos heróis partidários, etc. [...]. Somos obrigados a concluir que o comportamento racional por parte dos partidos tende a desencorajar o comportamento racional por parte dos eleitores. (DOWNS, 2013, p. 157)

Um determinante básico do desenvolvimento político de uma nação é a distribuição de seus eleitores ao longo da escala política. Desse fator, em grande medida, depende se a nação terá dois ou muitos partidos importantes, se a democracia levará a um governo estável ou instável e se novos partidos substituirão continuamente os velhos ou desempenharão apenas um papel pequeno. (DOWNS, 2013, p. 162)

5.2 Notas de aula

Não necessariamente nega o que veio antes, até porque escreve em um momento em que as Escolas Sociológica e Psicológica têm bastante influência (primeira edição do texto é de 1957). O objetivo é fazer uma análise complementar, inclusive porque a explicação do comportamento eleitoral é muito difícil. Esse texto é fundador da Escola de Teoria Racional do Voto.

Fundamentalmente, se o eleitor consegue ordenar preferências e consegue escolher entre A ou B, independentemente dos motivos parecerem racionais ou não ao pesquisador, então considero que ele é racional. Você assume que as pessoas têm preferências e precisa descobrir as preferências desses eleitores/partidos. Assim, você determina quais são os meios menos custosos para alcançar os objetivos, conseguindo então prever os resultados das eleições.

O importante é o meio, e não o fim. Por isso, as metas não precisam ser perenes. Além disso, as metas não precisam ser uma questão de livre escolha: decidir passar o dia atrás de comida é uma necessidade (e não uma escolha), mas mesmo assim isso não deixa de ser racional.

O eleitor mediano: "homo politicus" é o 'homem médio' do eleitorado, o 'cidadão racional' de nossa democracia modelo. (DOWNS, 2013, p. 29).

O que conseguimos tentar prospectar são eleições majoritárias, quando há menos candidatos.

"caroneiro": meu voto é só mais um e, portanto, não vou votar.

Passamos a lidar com o mundo empírico. Com isso, diminuímos muito as expectativas sobre o eleitor, assumindo a *mea culpa* de que os seres humanos são imperfeitos e auto-interessados.

Por que chamamos de voto prospectivo? É você fazer um exercício de se posicionar em relação a determinadas pautas dos programas dos partidos. O eleitor, se conseguir identificar pautas programáticas de partidos diferentes, ele olha para o discurso e busca o partido mais próximo do que e acredita. Isto é, ele tenta prospectar um caminho futuro e identifica que está mais próximo do partido B do que do partido A. Nesse caso, o voto do eleitor seria **programático** (mas o partido não necessariamente é programático!!! Se moderar é interessante para ele). O eleitor aposta em um futuro a partir das posições político-partidárias disponíveis.

5.3 Fórum

Pergunta: Analise o comportamento do eleitorado brasileiro pela lente da teoria prospectiva do voto. Mobilize notícias de veículos de imprensa que detalham declarações dos eleitores para argumentar, baseado em Downs, como podemos compreender a decisão do voto na corrida presidencial de 2022.

Uma teoria econômica da democracia, de Anthony Downs, apresenta uma abordagem que se diferencia das Escolas anteriormente estudadas — ainda que não as negue — ao defender que as decisões dos atores políticos (não só eleitores, mas também partidos e outros agentes) são racionais. Baseado em princípios da economia, a ideia fundamental é pensar que os atores lidam com recursos escassos e, por isso, têm um esforço racional de determinar o caminho menos custoso para atingir determinada meta.

Em outras palavras: se um determinado ator é capaz de elencar preferências, ordenálas e escolher a que julgar mais favorável para si, então ele é racional. Pouco importam as motivações do eleitor para determinar qual é a melhor escolha em um determinado contexto, bastando que ele seja capaz de fazer esse exercício para que seja considerado racional. Ao supor que os atores possuem preferências, a descoberta delas permite que os pesquisadores tentem determinar os caminhos menos custosos para atingir determinado objetivo e, assim, prevejam resultados eleitorais.

Uma série de assuntos vem aparecendo no debate público e frequentemente são mobilizados por políticos e eleitores. Em especial, a questão econômica: se por um lado o atual presidente celebra a distribuição do Auxílio Brasil, Lula o culpa pela crise econômica pela

qual o Brasil vem passando. É possível supor que daí venha a maior preocupação dos eleitores de Lula com renda e emprego, conforme pesquisa Datafolha da semana passada. Outro caso diz respeito ao voto feminino: na pesquisa mais recente do Ipec, por exemplo, houve uma diminuição do percentual de mulheres que pretendiam votar no atual presidente, coincidindo com o ataque à jornalista Vera Magalhães no debate dos presidenciáveis. De forma geral, esses casos revelam a racionalidade dos eleitores em identificarem determinados aspectos da cena política e definirem seu comportamento nas urnas a partir disso.

6 A teoria da escolha racional (II): voto retrospectivo

FIGUEIREDO, M. A decisão do voto, Introdução. *Revista Compolítica*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 4, 2014.

6.1 Fichamento

Este é o poder do voto de um cidadão. Isto equivale a dizer que, se um indivíduo deixar de votar, sua ausência virtualmente não altera o resultado. Da mesma forma, segundo esta concepção, se um indivíduo votar em um candidato ou em outro, sua escolha não mudará em nada a classificação final de candidatos. (FIGUEIREDO, 2014, p. 209)

Por que as pessoas participam? Obter uma resposta a esta pergunta, compreender as razões que levam milhões a participar, é tornar inteligível a mensagem política transmitida através do voto popular. Este é o objetivo do livro: encontrar uma teoria que resolva o paradoxo da participação. (FIGUEIREDO, 2014, p. 210)

O voto apurado tem dois significados. Por um lado, ele é uma unidade que entrará na contabilidade total destinado a um candidato ou a um partido que, por meio de uma regra, se traduz em uma cadeira no Parlamento, ou no direito de alguém ser empossado em uma governadoria. Por outro lado, esse mesmo voto traz embutida uma declaração de vontade, de aspiração ou desejo de ver realizar-se alguma coisa. (FIGUEIREDO, 2014, p. 211)

Os diversos modelos de explicação deste fenômeno competem entre si exatamente ao tentar reconstruir o processo social que levou a um dado resultado eleitoral, e tentar também explicar por que ocorreu exatamente uma dada distribuição das vontades políticas e não outra. (FI-GUEIREDO, 2014, p. 211)

Esta proposição definitória contempla os ingredientes relevantes que compõem o processo decisório dos eleitores: as propensões e as motivações individuais para a ação política, socialmente condicionadas. As divergências teóricas e epistemológicas entre os diversos modelos explicativos, como veremos, estão na identificação das origens das propensões e das motivações para a ação política. (FIGUEIREDO, 2014, p. 213)

[...] tentarei demonstrar que a decisão individual de abster-se ou participar como eleitor tem um fundamento racional, dissolvendo, com isto, o paradoxo da participação. (FIGUEIREDO, 2014, p. 214)

Para estabelecer o meu objetivo, devo adiantar que a solução da situação paradoxal do eleitor está em demonstrar que o poder discricionário do voto de um indivíduo, examinado dentro da

dinâmica do processo eleitoral, transforma-se da ordem de $\frac{1}{N}$ para a ordem de $\frac{n+1}{N}$. Nesse sentido, é suficiente demonstrar porque é racional para o enésimo mais 1 eleitor participar, para que a decisão de participar dos restantes enésimos eleitores, por analogia, seja também racional. (FIGUEIREDO, 2014, p. 215)

6.2 Notas de aula

O texto fundador é *Economic Retrospective Voting in Amarican National Elections: A Micro-Analysis* (1978), de Morris P. Fiorina (1946-). O argumento não é necessariamente de que a economia é o único fator na análise retrospectiva do voto, mas definitivamente é um dos mais importantes. Normalmente, a teoria fica famosa por conta da análise da economia: "It's the economy, stupid!".

Hipóteses alternativas: *quanto mais longe do centro ideológico estiver um presidente, menos a economia tende a afetar o voto dos eleitores e o resultado eleitoral.* O eleitor pode olhar em retrospectiva e dizer que, de fato, economia talvez não seja uma forma de avaliar o governo. O que foi feito em relação à agenda prometida na campanha?

Existe uma relação inversa entre extremismo ideológico e programas políticos baseados em questões consensuais ou *valence issues*, como crescimento econômico, combate à corrupção, investimentos em saúde e educação etc.

Enquanto candidatos centristas tendem a propor agendas de governo que enfatizam questões sobre as quais não há divergência entre a população, candidatos mais à esquerda e à direita tendem a enfatizar suas posições em questões menos consensuais, ou *positional issues* (Curini, 2015).

Consequentemente, os parâmetros que os eleitores utilizam para avaliar se o governo atendeu às suas expectativas variam de acordo com o perfil ideológico do presidente.

Argumento do Marcus: Ficar em casa é mais racional do que ir votar. Afinal, seu voto não vale nada.

6.3 Fórum

Pergunta: Que teoria explica melhor a vitória de Bolsonaro em 2018? Para responder, tenha em mente o que te parece ter sido o elemento mais decisivo para a maioria do eleitorado brasileiro optar pelo candidato do PSL e mobilize elementos da literatura sobre a(s) escola(s) de comportamento eleitoral que te pareça(m) mais convincente(s). Lembre-se de escolher apenas uma escola de pensamento (no máximo, faça referência a uma segunda escola para argumentar por oposição a ela).

Referências

ALMOND, G.; VERBA, S. Presentacion, Prologo e Un enfoque sobre la Cultura Politica. In: La Cultura Civica. Madrid: La Editorial Católica, 1970.
CAMPBELL, A. et al. Theoretical orientation. In: <i>The American Voter</i> . Chicago: University of Chicago Press, 1960.
CONVERSE, P. The nature of belief systems in mass publics (1964). <i>Critical Review</i> , v. 18, n. 1-3, p. 1–74, 2006.
DOWNS, A. Introdução e Cap. 8 — A estática e a dinâmica das ideologias partidárias. In: Uma teoria econômica da democracia. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.
FIGUEIREDO, M. A decisão do voto, Introdução. <i>Revista Compolítica</i> , Rio de Janeiro, v. 1, n. 4, 2014.
LAZARSFELD, P.; BERELSON, F.; GAUDET, B. Prefacio a la segunda edición (p. 1-23) e El efecto de activación (p. 121-136). In: El pueblo elige. Estudio del proceso de formación del voto durante una campaña presidencial. Buenos Aires: Ediciones 3, 1962.